

## A AUTO-AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Cláudia Valadas Urbano<sup>1</sup>

---

A presente comunicação resulta de um trabalho desenvolvido pelo CEOS – Investigações Sociológicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, trabalho esse que corresponde ao Programa de Suporte Científico do Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, que decorre de há quatro anos a esta parte na FCSH-UNL, e de documentos de trabalho<sup>2</sup> decorrentes dessa investigação.

A avaliação das Universidades em Portugal emerge a partir da expansão, diversificação e complexificação da oferta de cursos do ensino superior, sendo essa oferta originada por uma curva, também ela, ascendente de procura de formação superior. A massificação deste nível de ensino acarretou maiores preocupações por parte do Estado com o poder das Universidades, com as despesas de educação e a qualidade do ensino prestado pelas instituições de ensino. O processo de avaliação das instituições de ensino, um pouco à semelhança do que ocorre em outros países europeus, surge assim como um instrumento estratégico fundamental para a gestão e controlo da qualidade do ensino superior em Portugal.

A institucionalização do processo de avaliação da qualidade do ensino superior em Portugal parece ser hoje um ponto assente, com o início, no corrente ano, do segundo ciclo de avaliações.

O processo de avaliação das Universidades, coordenado institucionalmente pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), compreende duas fases, remetendo para intervenientes distintos: a *avaliação externa*, com a participação de elementos exteriores à instituição em avaliação; e a *avaliação interna*, que compreende um auto-estudo levado a cabo pela própria instituição, auto-estudo esse que tem como instrumento regulador o Guião proposto pelo CRUP.

O CEOS – Investigações Sociológicas<sup>3</sup> encontra-se, de há quatro anos a esta parte, a colaborar neste processo de auto-avaliação com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Segundo a perspectiva adoptada pelo CEOS, a estratégia de uma instituição de ensino perante o processo de auto-avaliação, mais do que colar-se ao processo de «avaliação institucional» – confrontando as situações ou posições dos actores em relação a determinados parâmetros de avaliação fixados –, pode seguir um processo de «investigação para a avaliação», entendendo que a avaliação deverá ser analisada como prática social, associada a posições sociais e estratégias dos membros da comunidade educativa, diferenciadas entre si. É esse o trabalho de investigação que tem sido realizado pelo CEOS, no seu *Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior* – que aponta para a continuação do desenvolvimento dos itens do Guião CRUP, produzindo mais-valias, nomeadamente um enriquecimento da informação e desenvolvimento do quadro de leitura para a compreensão dos dados.

---

<sup>1</sup> CEOS/FCSH-UNL

<sup>2</sup> São essencialmente apresentações do projecto (elaboradas por Luísa Franco Tavares e pelo Prof. Casimiro Marques Balsa, respectivamente investigadora e coordenador do projecto), relatórios de investigação (elaborados por uma vasta equipa de investigação) e documentos com base nos resultados das investigações («Estudar e Ensinar na FCSH», de Outubro de 1998).

<sup>3</sup> O CEOS – Investigações Sociológicas é uma unidade de investigação, sediada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

## **O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR E A EMERGÊNCIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

As mudanças estruturais ocorridas recentemente ao nível do Ensino Superior em Portugal – expansão da rede do Ensino Superior, multiplicação da oferta, ao nível dos sub-sistemas de ensino (universitário e politécnico público, e universitário privado), da localização das instituições e das áreas disciplinares que comportam – vêm alterar por completo a realidade do Ensino Superior, diversificando as opções e trajectórias escolares dos indivíduos, traduzindo representações e práticas diferenciadas dos alunos e famílias perante um sistema de Ensino Superior multifacetado.

Perante a anterior aposta na quantidade (em termos de oferta de formação superior), hoje é essencial equilibrar o binómio quantidade/qualidade, através da criação de mecanismos institucionais que permitam apostar de forma orientada na qualidade. A necessidade premente de um conhecimento sobre a realidade social, nomeadamente sobre as situações e expectativas das diferentes comunidades educativas existentes, é um dado inquestionável e reconhecido por todos no contexto actual do sistema de ensino português.

Em Portugal, o sistema de avaliação da qualidade foi criado em 1994, pela lei da Avaliação do Ensino Superior (Lei nº38/94, de 21 de Novembro) e abrange as instituições de Ensino Superior nos subsistemas Universitário e Politécnico, público e não público. O sistema pretende incidir sobre a avaliação do desempenho científico e pedagógico das instituições.

## **O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE**

O sistema de controle e garantia da qualidade visa a criação de mecanismos que possibilitem uma análise sistemática e estruturada da qualidade, tendendo à manutenção ou melhoria desta. Pretende-se, desta forma, gerar e perpetuar mecanismos que permitam às Universidades manter um controle sobre os padrões de qualidade requeridos a uma instituição de Ensino Superior. Isto implica um processo de auto-regulação, que supõe que as Universidades estabeleçam um bom sistema de avaliação e garantia da qualidade.

É a instituição que, em primeiro lugar, deve tomar decisões sobre os seus objectivos e a possibilidade de os desempenhar satisfatoriamente. Assim, a avaliação da qualidade é, antes de mais, dirigida à descoberta das fraquezas e ao aperfeiçoamento e promoção da qualidade. Esta auto-regulação é conseguida na medida em que o sistema prevê uma aplicação dos mecanismos de avaliação periodicamente, o que permite apreciar o impacto das medidas implementadas para a resolução dos problemas encontrados.

Resumidamente, o sistema de avaliação da qualidade cumpre as seguintes funções:

1. – Contribuir para a promoção da qualidade do sistema de ensino
2. – Auto-regular o sistema de ensino com base em critérios de qualidade
3. – Responsabilizar o sistema de ensino perante o mercado e o público escolar

O processo de avaliação do Ensino Superior permite a produção de dois efeitos. O primeiro diz respeito à afirmação das diversas instituições de ensino superior, perante uma concorrência cada vez maior. Por um lado, a avaliação institucional constitui-se como uma base de legitimidade e credibilidade para a instituição e respectivo corpo docente perante o mercado da formação e o público escolar. Por outro lado, a interpretação dos resultados dessa avaliação pode ter

efeitos menos interessantes, do ponto de vista sociológico. A escalonação das instituições de ensino superior, de acordo com uma crítica e uma classificação correspondentes a cada instituição, conduz o processo avaliativo para uma lógica de criação de rankings dos estabelecimentos de ensino. O processo de avaliação promove, desta forma, acções e reacções a nível exógeno – com a clarificação, justificação ou mesmo desconfiança de determinadas avaliações (como se tem visto, ultimamente, sobretudo no que diz respeito à avaliação de instituições do ensino privado) –, e não tanto a nível endógeno – utilizando a informação resultante da avaliação para benefícios internos por parte das instituições de ensino, nomeadamente na promoção do objectivo principal da avaliação institucional, ou seja, a qualidade do ensino.

O segundo efeito consequente do processo de avaliação do ensino superior constitui uma mais-valia para cada instituição – a produção de um auto-conhecimento de cada instituição de ensino. A informação reunida no decurso da auto-avaliação, uma das fases do processo avaliativo institucional, permite a reunião de uma série de dados por parte da instituição de ensino, que caracterizará essa mesma instituição e o ensino aí promovido. O auto-estudo pressupõe um esforço analítico e descritivo levado a cabo pela Universidade/Faculdade/Instituto/Escola, incidindo sobre os indicadores mais adequados para descrever o processo educativo, a partir dos quais se possa aferir a qualidade do ensino ministrado. É um «olhar para dentro», um esforço que as instituições e departamentos deverão realizar de forma consciente e objectiva, utilizando os instrumentos ao seu dispor para fazer um correcto diagnóstico do ensino oferecido. Só essa consciencialização poderá orientar as estratégias e investimentos futuros para a manutenção e melhoria da qualidade de ensino.

Para garantir a objectividade do processo de avaliação, os relatórios de auto-avaliação deverão seguir o Guião CRUP. Os indicadores considerados no guião devem permitir identificar os pontos fortes e áreas problemáticas do processo educativo no seu conjunto. Sinteticamente, os dados que as instituições, ou os cursos (uma vez que não são os estabelecimentos de ensino que são objecto de avaliação), deverão recolher são informações relativas à génese e evolução do curso, à estrutura e funcionamento do mesmo, e aos recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos. O auto-conhecimento do curso ou da instituição, resultante da recolha de informação, recompensa o esforço feito.

A informação reunida pela Comissão encarregue da avaliação interna é vasta: desde uma descrição da criação do curso, a sua articulação institucional, o seu enquadramento científico, a sua organização curricular, o seu funcionamento, uma breve caracterização de discentes, diplomados e docentes, uma descrição dos espaços disponíveis e dos equipamentos de apoio, e das verbas financeiras envolvidas, até a uma apreciação global sobre o curso, os seus objectivos, a articulação entre as disciplinas, as metodologias de ensino adoptadas, o ponto de vista de docentes, alunos e diplomados sobre o ensino e as condições de ensino existentes, e ainda a indicação de pontos fortes e fracos do curso.

No entanto, sobre um mesmo conjunto de informação, podem surgir diferentes abordagens. Podem ser adoptadas duas perspectivas diferentes perante o processo de auto-avaliação ou auto-conhecimento: a perspectiva em torno de uma análise descritiva, e a adopção de uma análise interpretativa perante os dados recolhidos.

A análise descritiva incide sobre a apresentação de quantificações que incidam sobre o curso (rácio docentes/alunos, horários, número de disciplinas de opção, cursos de especialização, colóquios ou iniciativas similares), que incidam sobre os alunos (número de alunos, classificações e opções de ingresso, procedência geográfica, número de candidatos, número de diplomados), e que se reportem aos recursos humanos (lista de docentes, número de disciplinas a cargo,

carga horária e publicações de cada um, e lista de pessoal do regime geral), recursos materiais (número, áreas e taxas de ocupação dos espaços existentes, quantidade de equipamentos didácticos, informáticos ou outros, e outras infra-estruturas existentes), e recursos financeiros envolvidos (estimativa de verbas e custos por aluno e por docente). Nesta lógica, a opinião recolhida junto de discentes, docentes e diplomados apresenta-se descontextualizada e desconexa: a adopção de uma análise descritiva implica a enumeração de condições de trabalho, de tempos disponibilizados para as actividades de índole pedagógica, de níveis de preparação dos alunos, por parte dos docentes, de deficiências de formação, de adequação das aulas, de acompanhamento a nível pedagógico, de meios de estudo, de locais de estudo e lazer, e da inserção no mercado de trabalho e empenho da instituição nesse processo de inserção, por parte dos diplomados. Essa descrição das posições dos diferentes membros da comunidade educativa é produzida não considerando a instituição como um todo, e não estabelecendo relação ou paralelismo entre as posições adoptadas por cada actor.

Nesse aspecto, a análise interpretativa confere ao processo avaliativo uma outra perspectiva.

É neste quadro que o núcleo de estudo dos processos e recursos educativos do CEOS se situa, tendo desenvolvido uma experiência de aplicação e verificação de metodologias, visando uma clarificação e optimização do processo de avaliação da qualidade.

## **O ESTUDO DOS PROCESSOS E RECURSOS EDUCATIVOS**

O CEOS, nomeadamente, o Núcleo de Estudo dos Processos e Recursos Educativos, tendo desenvolvido projectos em parceria com instituições do Ensino Superior, beneficia da experiência de um centro de investigação que tem apostado fortemente na definição e verificação de metodologias, procurando uma optimização do sistema de avaliação da qualidade.

Defende uma perspectiva sociologicamente orientada de leitura do sistema educativo, pois não se pretende avaliar, mas conhecer um objecto socialmente determinado. Não se avalia; define-se, conjuntamente com as instituições, mecanismos de produção e tratamento de informação, i.e., procedimentos ajustados ao conhecimento da realidade social tratada. Quer dizer, a experiência já adquirida permite colaborar numa forma eficiente com as instituições na sua auto-avaliação. É este o pressuposto que tem guiado o trabalho de investigação desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos de actividade do núcleo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Entre outros projectos de investigação realizados no âmbito do Ensino Superior, destacamos os seguintes relativos à problemática da avaliação:

. 1992/93, Avaliação da Qualidade de Ensino, Departamento de Línguas e Literaturas Românicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

. 1996/97, Projecto de Investigação Estudo dos Processos e Recursos Educativos, complementar ao processo de auto-avaliação dos departamentos de Geografia, História, História da Arte, Filosofia, História das Ideias, Línguas e Literaturas Modernas, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

. 1997/98, Projecto de Investigação Estudo dos Processos e Recursos Educativos, complementar ao processo de auto-avaliação dos departamentos de Sociologia, Ciências da Comunicação, Antropologia e Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

. 1998/99, Projecto de Investigação Estudo dos Processos e Recursos Educativos, complementar ao processo de auto-avaliação do departamento de Ciências Musicais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

Este propósito corresponde, basicamente às seguintes tarefas desempenhadas pelo núcleo:

- a) Elaboração de instrumentos de observação para a produção de informação de carácter apreciativo.
- b) Adopção de uma grelha, teoricamente fundamentada, de análise e interpretação da informação produzida.

Constatámos, a partir da análise dos instrumentos de produção de informação de carácter apreciativo utilizados em Portugal, que a maior parte das instituições recorre ao inquérito por questionário.

Na maioria dos casos, a utilização dos questionários tende a limitar-se a uma recolha de opiniões ou a uma tentativa de medir a satisfação dos agentes questionados, em torno de indicadores pautados, em parte, pelos desígnios da entidade que os aplica, embora institucionalmente estabelecidos através do Guião CRUP. Para além do conhecimento da realidade (na medida em que visa informar sobre indicadores factuais relativos às características ou ao funcionamento das instituições estudadas), a aplicação destes inquéritos visa igualmente produzir juízos valorativos em torno de critérios seleccionados.

Podemos, no entanto, distinguir duas orientações possíveis de ser seguidas. Num primeiro nível, podemos ter a prática de «avaliação institucional», quando a preocupação dominante é confrontar as situações ou as posições dos actores em relação a parâmetros de avaliação fixados. Normalmente, a este nível, os inquiridos são considerados «elementos isolados», respondendo a parâmetros de qualidade do ensino. Isto é, não são percebidos enquanto agentes sociais, possuindo vivências e características particulares, motivações e expectativas construídas que vão, em grande medida, condicionar a forma como entendem e avaliam o acto educativo.

A um outro nível, podemos considerar que a avaliação pode integrar a própria posição que os diferentes actores implicados têm em relação aos critérios e parâmetros. Quer dizer, podemos tentar olhar para a comunidade educativa como uma rede composta por indivíduos e grupos, procurando interligar as diferentes características individuais e colectivas aos processos de construção de uma imagem da instituição, do departamento ou do acto educativo.

O princípio fundamental para uma leitura sociologicamente fundamentada do processo de avaliação em causa pressupõe que existam mecanismos que nos permitam apreender e interpretar os posicionamentos dos diversos agentes da comunidade educativa. Neste sentido, temos de considerar que uma visão ampla e multifacetada do sistema de ensino necessita da contribuição dos diferentes «olhares» dos membros que compõem a referida comunidade.

A adopção de uma análise interpretativa perante o processo de auto-avaliação permite responder aos seguintes objectivos gerais:

1. – Traçar o *perfil social* da comunidade educativa: em primeiro lugar, procurar construir uma grelha de análise que possibilite uma caracterização do perfil social, cultural e económico dos alunos e docentes da instituição; em segundo lugar, pretende-se acompanhar a trajectória dos *antigos alunos da instituição*, identificando os seus diferentes posicionamentos e trajectórias, e traçando a sua caracterização socio-económica.

2. – Traçar os *quadros de avaliação* da instituição e do acto de ensino: pretende-se conhecer a opinião dos alunos e docentes sobre determinadas dimensões e indicadores construídos, tais como, opiniões e expectativas

perante a instituição, o departamento e os outros agentes implicados no ensino.

3. – Relacionar os *quadros de avaliação* com o *perfil* da comunidade educativa: procurar compreender em que medida as representações e expectativas face ao sistema de ensino dependem ou são determinadas pelas características dos indivíduos e grupos em análise. Só assim se pode confrontar posições e compreender verdadeiramente o que se encontra na base das diversas apreciações deste sistema.

De acordo com os objectivos de análise propostos, a auto-avaliação deverá, por um lado, reunir as informações conformes ao Guião CRUP, e, por outro lado, conjugar e contextualizar os dados e criar os instrumentos necessários para que alunos, antigos alunos e professores possam expressar o seu ponto de vista sobre o ensino oferecido pela instituição que integram ou integraram<sup>5</sup>. Esta é uma informação que terá de ser produzida e, como tal, deverá ser cuidadosamente pensada ao nível das estratégias de conceptualização e operacionalização. Terá de ser fruto de um exercício de rigor que torne a informação objectiva e credível para a auto-avaliação a realizar.

Na elaboração dos instrumentos de observação, procura-se abranger vectores essenciais como a caracterização da população, a identificação de trajectórias, a análise de expectativas e representações, e a análise de estratégias prosseguidas, relacionando-os com elementos de avaliação do curso, do departamento e da faculdade. Estes vectores são abordados em função dos diferentes grupos em análise, tendo resultado nos seguintes modelos de inquérito:

### 1. *Inquérito aos Alunos*

Procura, essencialmente, enquadrar o perfil social do aluno da instituição de ensino, contextualizando-o em função da sua prática educativa, das suas imagens e opiniões em relação à instituição e curso em avaliação. Permite às instituições conhecer o seu público escolar, atendendo às suas características económicas e culturais, às suas expectativas, o que se revela fundamental para responder aos desafios que se colocam e aos desejos e necessidades das famílias e dos alunos que usufruem do sistema de ensino.

### 2. *Inquérito aos Antigos Alunos*

É um inquérito fundamental na medida em que nos permite perspectivar o curso em avaliação numa óptica profissionalizante. É um exame fulcral dado que, em primeiro lugar, possibilita o acompanhamento das trajectórias profissionais e da inserção dos diplomados no mercado de trabalho e, em segundo lugar, permite avaliar as áreas problemáticas do curso em função da preparação prática dos futuros profissionais.

### 3. *Inquérito aos Docentes*

Procura reconhecer nestes agentes de ensino as opiniões e expectativas face à instituição nos domínios pedagógico e científico. Pretende-se analisar em que medida e de que forma existe uma correspondência entre as orientações das trajectórias académicas e das práticas científico-

<sup>5</sup> Nos processos de auto-avaliação desenvolvidos geralmente tem sido utilizado como instrumento de observação um inquérito de dimensões reduzidas, auto-administrado a *alunos* procurando captar as suas opiniões, normalmente sobre as diversas disciplinas do curso. O inquérito aos *antigos alunos* é menos frequente e procura essencialmente identificar a trajectória e situação socio-profissional dos diplomados.

pedagógicas e a percepção das condições que são oferecidas pela instituição. O enquadramento das carências, áreas problemáticas e dos pontos fortes passa, essencialmente, pela consulta aos professores que contactam quotidianamente com uma realidade educativa que lhes é próxima.

O interesse deste projecto é evidente num contexto em que se pretende, por um lado, institucionalizar um modelo de avaliação das instituições do Ensino Superior e, por outro lado, definir metodologias de reconhecida e fundamentada validade para o processo. O objectivo principal é o de produzir um conhecimento credível e sociologicamente fundamentado sobre as comunidades educativas, atendendo à multiplicidade de situações e grupos em presença.

Paralelamente à elaboração de relatórios de suporte à auto-avaliação, para cada uma das licenciaturas da Faculdade, procedeu-se a uma análise compreensiva de situações, trajectórias, expectativas e opiniões dos diferentes elementos que integram a comunidade educativa, nomeadamente daquela que tem constituído o objecto do nosso estudo – alunos, docentes e antigos alunos que compõem a comunidade educativa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Esse estudo possibilitou um conhecimento mais aprofundado da realidade social e educativa existente na instituição. O confronto de posições face às condições e modalidades do acto de ensino/aprendizagem – nomeadamente os níveis de sucesso escolar, o investimento e estratégias de aprendizagem, a avaliação dos modelos de ensino, a avaliação dos currículos e objectivos de ensino, a indicação de pontos fortes e fracos e a satisfação com o curso, o grau de satisfação com a Faculdade e os dispositivos de ensino existentes –, bem como o confronto de posições face à relação da formação com o mercado de trabalho ou a realização pessoal dos estudantes – opiniões relativas à formação e relação com os mercados de trabalho, e uma análise mais aprofundada acerca da inserção dos diplomados no mercado de trabalho – permite à instituição construir uma imagem da comunidade educativa que a integra como um todo, com opiniões convergentes e divergentes, tendo em conta as diferentes características inerentes a cada actor ou grupo social, ou seja, considerando os diferentes perfis sociais que são possíveis de encontrar.

A análise interpretativa que se adoptou, face a um mesmo conjunto de dados reunidos por motivos de auto-avaliação institucional, permitiu, mais que avaliar, conhecer a própria instituição. A partir daqui, torna-se mais fácil à instituição trabalhar, no sentido de ultrapassar eventuais problemas existentes ao nível do ensino ou das condições de trabalho colocadas às disposições, bem como promover um espírito de corpo, colocando todos os actores na mesma direcção – a de mudar para melhor.

Após os conhecimentos resultantes do processo de auto-avaliação por todos os cursos da Faculdade, e antes do início (ou do conhecimento do início) do 2º Ciclo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, em conjunto com o CEOS, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas procurou estabelecer um dispositivo que respondesse aos seguintes requisitos:

1. a continuidade da auto-avaliação, como instrumento de regulação da prática dos Docentes, dos Cursos e da Faculdade, uma vez que as informações recolhidas deveriam estar disponíveis em qualquer momento e não apenas nas ocasiões impostas pelos ritmos das instâncias de gestão do processo;
2. a integração da auto-avaliação nas rotinas da Faculdade, por forma a que a recolha de informação, quer ao nível dos Serviços quer ao nível dos estudantes e

dos diplomados fosse naturalizada, melhor talvez, banalizada, e não representar, de cada vez que se faz, uma mobilização de esforços extra-ordinários;

3. a representação da auto avaliação como um objectivo partilhado por toda a comunidade, encontrando-se motivações múltiplas, susceptíveis de servir diferentes tipos de interesse, transformando assim uma iniciativa à partida exógena num processo ao serviço do desenvolvimento da comunidade.

Para tornar possível uma aproximação progressiva destes objectivos, propõe-se uma metodologia de recolha, de armazenagem, de análise e de divulgação de informação considerando, sucessivamente, os dados de natureza administrativa, a recolha de informação junto dos estudantes e dos antigos estudantes e, finalmente dos docentes.

Desta forma, é possível dar continuidade ao processo de auto-conhecimento da instituição e, sempre que necessário, reunir a informação necessária por forma a facilitar a elaboração dos relatórios por parte das Comissões de Avaliação Interna.

Além disso, sempre que é necessária informação específica acerca da comunidade educativa, não serão necessários esforços suplementares para reunir e analisar essa informação. Um exemplo disso é o que sucede actualmente na FCSH-UNL, com a necessidade, criada a partir do Despacho nº 6659/99 (2ª série)<sup>6</sup>, acerca da situação de inelegibilidade<sup>7</sup> existente em cada instituição. A partir do FACE (Formulário de Avaliação Contínua do Ensino), é possível detectar e analisar quantitativa e qualitativamente as situações de inelegibilidade na Faculdade. Igualmente, a partir do conhecimento existente, como consequência de um aprofundamento e interpretação da informação relativa à auto-avaliação das licenciaturas, é possível traçar trajectórias ou evoluções das situações de inelegibilidade na Faculdade.

O processo de auto-avaliação tem, assim, que ser repensado, não quanto ao seu conteúdo, mas antes quanto à estratégia adoptada, por cada instituição, na recolha e análise dos dados. O processo de auto-avaliação pode, mais que constituir uma avaliação por si só, com os riscos que daí decorrem, constituir uma mais-valia para cada instituição, tornando possível um auto-conhecimento fundamental da comunidade educativa que a integra, que, possivelmente, poucas instituições detêm neste momento.

---

<sup>6</sup> Despacho nº 6659/99 (2ª série), Diário da República – II Série, nº 79 (5.4.1999).

<sup>7</sup> Considera-se aluno inelegível aquele que já se encontra em situação de inelegibilidade, frequentando neste momento o curso há mais de 6 anos.